

Gregori anuncia mudanças no programa do País

Comissão especial vai reformular texto para abranger problemas como o desemprego

HUGO MARQUES

Especial para o Estado

BRASÍLIA – O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, anunciou ontem que vai criar nas próximas semanas uma comissão especial para atualizar todo o Programa Nacional dos Direitos Humanos, em um prazo de 90 dias. O governo pretende incluir no programa políticas públicas para abranger problemas como desemprego, violência nas escolas e conflitos na reforma agrária, entre outros. O presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, deputado Nilmário Miranda (PT-MG), ameaçou responsabilizar o governo por desrespeito aos direitos humanos pela falta de investimento na área social.

“A comissão que vai atualizar o Programa Nacional dos Direitos Humanos vai ser um estímulo a mais para que as questões sociais ganhem mais relevo no País”, disse Gregori. Segundo ele, foi o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso quem pediu uma revisão do programa, criado há exatos três anos, para incluir as “novas realidades” que surgem na área social do País. José Gregori disse que vai convidar pessoas liga-

das às áreas sociais e econômicas do País para acompanhar a atualização. Vai convidar também um representante da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara e de organizações não-governamentais da área.

Gregori afirmou que o primeiro programa foi criado para o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, em uma época na qual, segundo ele, não se pensava em reeleição. O atual está mais associado a direitos políticos e civis, com capítulos sobre proteção do direito à vida, luta contra a impunidade, trabalho forçado e penas privativas de liberdade, entre outros, sem especificar políticas para a área social.

Conselhos – O deputado Nilmário Miranda disse ontem, antes do anúncio de José Gregori, que a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vai “responsabilizar” o governo por eventuais desrespeitos aos direitos humanos, “se isso, de alguma forma, estiver relacionado com os cortes na área social e com a desatenção do poder público”. A Câmara vai estimular a criação de conselhos nos Estados para acompanhar os cortes na área social e fazer posterior denúncia.

O deputado disse que o primei-

ro programa, nesses três anos de existência, trouxe “avanços” para os direitos civis e políticos, mas as limitações de investimentos na área social e o desemprego representaram um “retrocesso”, com o respectivo aumento da violência e o desrespeito aos direitos humanos. A Câmara realiza hoje a 4.ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, com o tema Sem Direitos Sociais Não Há Direitos Humanos.

Sugestão – A sugestão a ser apresentada ao governo pela Comissão de Direitos Humanos inclui cláusulas em contratos de empréstimos internacionais que garantam repasses progressivos de verbas para programas sociais. Nilmário Mi-

randa afirmou que essa sugestão, mesmo antes da criação do novo programa, será levada diretamente ao Banco Mundial (Bird) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para que condicionem seus empréstimos ao Brasil às garantias sociais.

O deputado disse que, ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego, o governo anuncia cortes no orçamento da reforma agrária, redução do valor pago nas frentes de trabalho e diminuição das pessoas atendidas pela bolsa-escola.

CÂMARA VAI ESTIMULAR CRIAÇÃO DE CONSELHOS